

# *Superior Tribunal de Justiça*

**HABEAS CORPUS Nº 524.330 - SP (2019/0223772-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : FERNANDO CATACHE BORIAN - SP272872**  
**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : O R M F (INTERNADO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## **DECISÃO**

**O. R. M. F** alega sofrer coação ilegal em decorrência de decisão monocrática proferida por **Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**, que indeferiu a liminar pleiteada no Habeas Corpus n. 2141096-08.2019.8.260000.

Ao paciente foi imposta medida socioeducativa de internação pela prática dos atos infracionais análogos aos crimes previstos nos arts. 147 e 163, parágrafo único, III, do Código Penal. A defesa sustenta, além da desproporcionalidade da medida, que não estão presentes os requisitos do art. 122 do ECA para aplicação da internação (fls. 3-14).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do habeas corpus (fls. 245-249).

**Decido.**

### **I. Súmula n. 691 do STF**

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, “c”), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau.

Em verdade, o remédio heroico, em que pese sua altivez e grandeza como garantia constitucional de proteção da liberdade humana, não deve servir de instrumento para que se afastem as regras de competência e se submetam à apreciação das mais altas Cortes do país, em poucos dias, decisões de primeiro grau às quais se atribui suposta ilegalidade, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical**, a apontada violação ao direito de liberdade do paciente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Somente em tal hipótese a jurisprudência, tanto do STJ quanto do STF, admite o excepcional afastamento do rigor da Súmula n. 691 do STF (aplicável ao STJ), expressa nos seguintes termos: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar."

Não contribui para a higidez do sistema de justiça criminal que, salvo hipóteses excepcionais, pedidos de habeas corpus **ainda não previamente apreciados por um órgão colegiado**, nem sequer instruídos com as informações do Juiz de primeiro grau e o parecer do órgão do Ministério Público Federal, sejam decididos de maneira precária, por magistrado que não dispõe de todos os documentos necessários para formar sua convicção.

Outrossim, cabe referenciar **aspecto de natureza funcional de extrema importância para quem se preocupa não apenas com implicações subjetivas do exercício da jurisdição, mas também com a própria saúde das relações entre jurisdicionados e órgãos judicantes**: se qualquer decisão da lavra de magistrado de primeiro grau pudesse ser, de forma quase direta e natural, revisada pelos Tribunais Superiores, o sistema de justiça criminal entraria em colapso, mormente em um país continental como o Brasil, com população superior a 200 milhões de habitantes, e com um Poder Judiciário fracionado em mais de 18 mil magistrados, já incumbidos do exame de quase uma centena de milhões de processos (dados do CNJ).

Notório, pois, o **prejuízo ao poder de julgar de maneira organizada, acurada e correta**, ante as limitações da capacidade dos órgãos jurisdicionais superiores, os quais, premidos pelo dever de prestar jurisdição, acabam por sacrificar as competências constitucionais que lhes são próprias para, **em prejuízo de outros jurisdicionados**, analisar ações que, em muitos casos, ainda não foram devidamente deslindadas nas instâncias ordinárias.

**Os danos** decorrentes da supressão de instâncias e da consequente prodigalidade do uso de recursos e ações **judiciais não alcançam, vale acentuar, somente os jurisdicionados em geral, mas também o próprio postulante da tutela de urgência. É que, dadas as limitações estruturais e funcionais de qualquer órgão judicante – e, em especial, dos órgãos fracionários dos Tribunais Superiores – despendem-se recursos humanos e o tempo de servidores e dos magistrados para um exame precário de situação ainda pendente de**

**juízo pelo órgão colegiado na origem, o que, de plano, engendra duas óbvias consequências:** (a) **retardo** no deslinde das centenas de postulações regularmente endereçadas à Corte Superior, **anteriormente distribuídas** (com prioridade temporal, portanto), com **igual relevância temática** e que observaram o devido trâmite de instâncias; (b) **eventual repercussão** no reexame futuro da questão posta pelo requerente, em prejuízo do paciente – dado o incontornável dever judicial de motivação do ato decisório –, antes que se tenham examinado pela justiça de segundo grau todos os argumentos explicitados na impetração.

São preocupações que deveriam ser sopesadas por todos os sujeitos processuais, para que se busque alcançar um maior **equilíbrio entre o fundamental direito de acesso ao Judiciário e o dever funcional de prestar jurisdição com qualidade, celeridade e justiça.**

## **II. Ilegalidade não evidente**

O Juízo de primeiro grau impôs medida socioeducativa de internação ao adolescente, nos seguintes termos (fl. 166, grifei):

A medida socioeducativa adequada é mesmo a internação, conforme proposto pelo Ministério Público. Em um primeiro lugar, porque **os fatos são realmente graves, envolvendo a utilização de utensílios capazes de atingir de maneira grave uma pessoa.** Não se olvide que, **no decorrer do ato, perseguiu uma mulher com uma faca.** Assevere-se que, **em oitiva informal perante o Ministério Público, frisou que tem a intenção de matar a vítima "e, tendo chance, assim procederá" (fl. 22).** Ademais, os próprios responsáveis, no mesmo ato, confirmaram que **o representado vem apresentado comportamentos agressivos** (fls. 22/23). Além disso, conforme se verifica do depoimento da vítima, ela se apresenta extremamente apavorada em razão da conduta do adolescente. **A medida adequada, portanto, inclusive com espeque no artigo 122, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente, é a internação.** Não se olvide, ainda, que, de maneira concomitante, é necessária a medida protetiva de tratamento médico, psicológico e psiquiátrico, em regime hospitalar e ambulatorial, considerando, ainda, toda a conduta descrita no relatório polidimensional e pelas testemunhas, que relatam a necessidade dessas intervenções em razão de condutas tomadas pelo adolescente. Dessa maneira, embora os argumentos da Doute Defesa, entendo ser caso

# Superior Tribunal de Justiça

de internação com a referida medida protetiva, por garantir melhores cuidados ao adolescente.

O Desembargador consignou que "a situação individual do adolescente realmente recomendava a aplicação da medida socioeducativa de internação no presente caso concreto, especialmente quando se trata de menor que possui passagens anteriores na Vara da Infância e Juventude (fls. 80/82)" (fls. 214-215).

Com efeito, a internação somente pode ser aplicada quando caracterizada ao menos uma das hipóteses previstas no art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente e caso não haja outra medida mais adequada e menos onerosa à liberdade do adolescente.

Nesse contexto, não há teratologia a autorizar a mitigação da Súmula n. 691 do STF, posto que, a princípio, foi apresentada justificativa concreta para aplicação da medida (**art. 122, I, do ECA**).

A propósito:

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA). HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO CAPITULADO NO ART. 147 DO CÓDIGO PENAL. MEDIDA DE INTERNAÇÃO. ATO COMETIDO MEDIANTE GRAVE AMEAÇA E REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE INFRAÇÕES GRAVES. INCIDÊNCIA DO ART. 122, INCISOS I E II, DO ECA. PERÍODO DE AMAMENTAÇÃO. LEI 12.594/12, ART. 63, § 2º. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

III - A medida socioeducativa de internação está autorizada nas hipóteses taxativamente previstas no art. 122 do ECA (v. g. HC n. 291.176/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 21/8/2014).

IV - In casu, o r. *decisum* que manteve a internação da adolescente está fundamentado em elementos concretos extraídos dos autos que demonstram a incidência das hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 122 do ECA, tendo em vista que **a paciente cometeu o ato infracional equiparado ao delito de ameaça, com grave ameaça contra pessoa (ameaça de morte com a utilização de uma tesoura e um pedaço de pau contra a vítima)**, e, ainda, reiteradamente, cometeu outros atos infracionais graves - equiparados a homicídio tentado e lesão corporal

# *Superior Tribunal de Justiça*

tentada -, com a imposição anterior de medidas socioeducativas de liberdade assistida (precedentes).

[...]

Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 316.059/SP, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 1º/10/2015, destaquei)

### **III. Dispositivo**

À vista do exposto, **sem prejuízo futuro de exame mais acurado da insurgência**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*, **indefiro liminarmente este habeas corpus, com fulcro no art. 210 do RISTJ e na Súmula n. 691 do STF.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de agosto de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**